

SÓ DUAS PARCELAS PRAZO PARA O VENCIMENTO FOI DEFINIDO PARA 30 DE NOVEMBRO, EM CASO DE COTA ÚNICA, E 30 DE NOVEMBRO E 28 DE DEZEMBRO, EM DUAS COTAS IGUAIS

Taxa de marinha fica mais cara e difícil de pagar ainda neste ano

Documento de arrecadação de 32.596 imóveis, só em Vitória, chega nos próximos dias

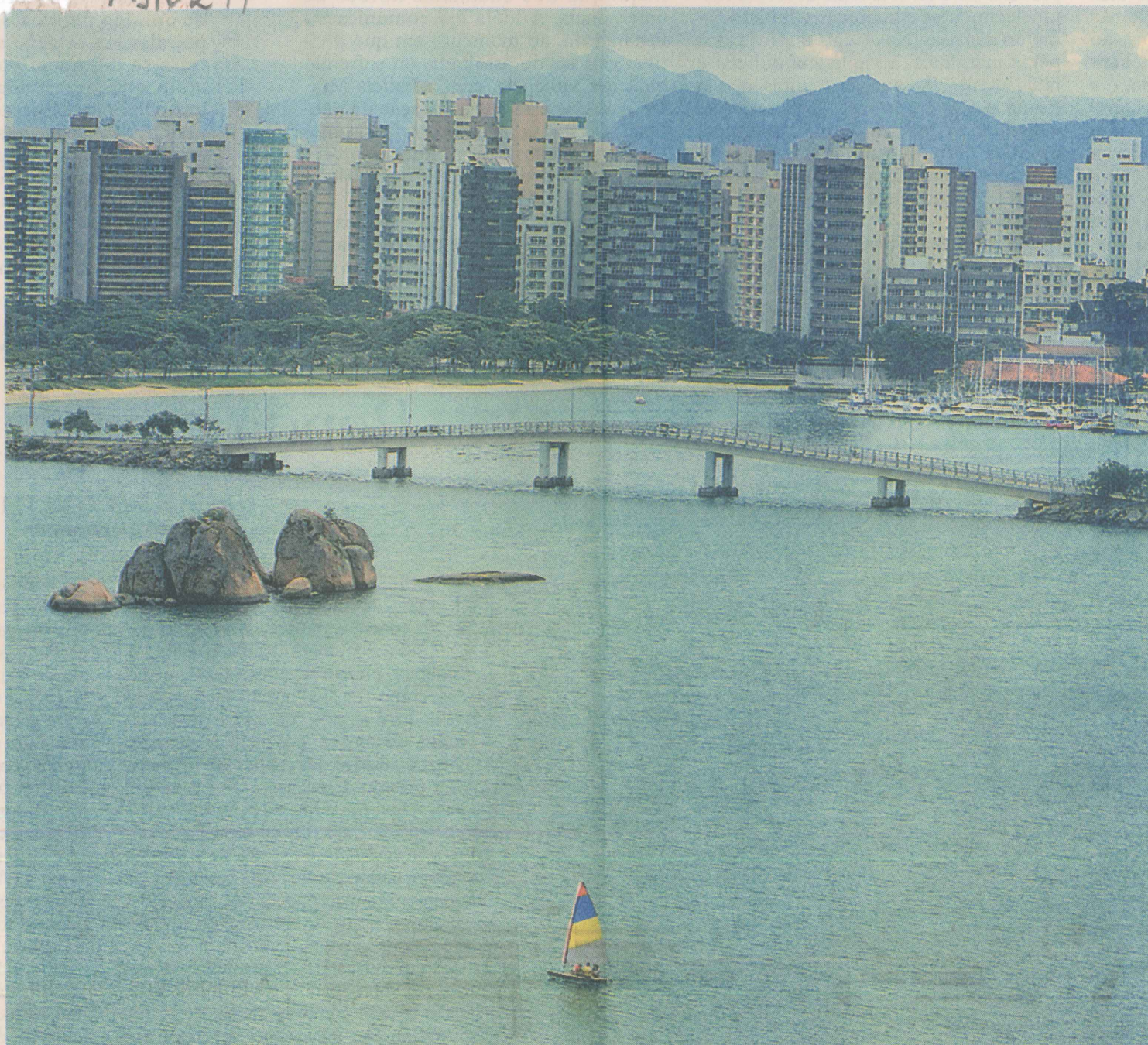
ADEMAR POSSEBOM

apossebom@redegazeta.com.br

Quem paga taxas de marinha no Estado vai ter uma surpresa desagradável nos próximos dias. Isso porque esses contribuintes, que acabaram de pagar a taxa do ano passado, vão ter de pagar, até dezembro deste ano, toda a taxa de 2006. E, além de ficar pelo menos 5,5% mais cara, ela vai ser cobrada em menos parcelas que nas últimas cinco vezes: ao invés de sete, serão apenas dois meses para pagar a dívida com a União.

As novidades foram divulgadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que prevê, para os próximos dias, a chegada dos documentos de arrecadação. Só em Vitória, 32.596 imóveis vão ser tributados, com valores que chegam a 5% do total do terreno e das benfeitorias. Mas outros municípios no Estado têm terrenos tributados e, em alguns casos, o valor passa de R\$ 10 mil.

O prazo para o vencimento das parcelas foi definido para 30 de novembro, em caso de cota única, e 30 de novembro e 28 de dezembro, no caso de pagar em duas cotas iguais.



CONTRIBUINTES. Na Praia do Canto, a maioria dos proprietários deve pagar a taxa. Em Vitória, poucos bairros estão isentos da tributação. FOTO: GILDO LOYOLA/ARQUIVO

“

Todo aumento de imposto, tem um impacto muito negativo. É um governo de trabalhador que não beneficia o trabalhador”

DORVAGIL CORREA

Pres. da Associação de Moradores de Barro Vermelho e Santa Luíza

“

O impacto é real, pois é além do que acabou de ser pago. Se a comunidade decidir ir para a rua contra isso, nós vamos”

JOSÉ FERNANDES LIMA

Pres. da Associação de Moradores e Amigos da Praia do Suá

ADIAMENTO. Só que, de abril a outubro deste ano, os ocupantes e os donos dos terrenos de marinha pagaram o valor referente a 2005. Esse adiamento foi devido a uma pendência judicial que, ape-

sar de partir da crítica à cobrança, determinou, em março deste ano, que quase todas elas fossem retomadas.

“Normalmente, você tinha sete meses para pagar. Pagar em duas vezes pode levar

muita a gente a precisar pagar com juros de mora e estar sujeito a outras situações”, avaliou o presidente da Associação de Ocupantes e Foreiros no Estado do Espírito Santo, José Carlos Lyrio Rocha.

Cobrança adiada para 4 mil

Ocupantes e foreiros da Capital vão ter a cobrança adiada por tempo indeterminado

Só pouco mais de 4 mil dos ocupantes e foreiros no Estado não vão precisar pagar as taxas de marinha neste fim de ano. Eles estão incluídos em três casos excepcionais, definidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Mas podem ter o valor cobrado em outro momento.

A maior parte desses contribuintes tem imóveis numa

região conhecida como Campinho Moscoso, próximo ao Parque Moscoso, na Capital. São 2.716 imóveis que a SPU, baseada em parecer da Advocacia Geral da União, entende que são do Estado.

Outro caso é o dos 1.422 que ficam em trechos sem a linha de preamar média – que aponta quais terrenos estão em área da União – definida ou homologada. São imóveis de Bento Ferreira e Jesus de Nazareth, ainda na Capital.

Existem ainda outros 194 imóveis, de diferentes bairros de Vitória e até de outros municípios do Estado, que não terão a cobrança devido

a uma medida judicial.

Mas, nos valores já pagos neste ano (referentes ao ano passado), já houve redução no número de contribuintes. Foram 518, sendo que a maioria (cerca de 350) passou a ficar isento de taxas de marinha. Eles foram beneficiados pela Emenda Constitucional 46, que livrou das taxas as ilhas costeiras brasileiras que são sede de município.

Também baseados na interpretação da emenda correm processos judiciais contra as taxas de marinha. A avaliação dos contribuintes é que a SPU não considerou a configuração atual das ilhas.

Associações querem recorrer

Comunidades da Praia do Canto e da Praia do Suá vão buscar formas de tentar mudar as regras

Duas associações de moradores de Vitória já decidiram estudar uma forma de contestar a cobrança de mais taxa de marinha ainda neste ano. Elas já questionam todas as cobranças de taxa de marinha, mas também vão buscar uma ação mais específica para que os moradores da Capital não precisem pagar com mais um aumento em apenas duas vezes.

Uma dessas associações é a

dos moradores e amigos da Praia do Suá. O presidente da entidade, José Fernandes Lima, pretende procurar outras lideranças comunitárias para estudar como contestar a execução das regras definidas agora pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Já o presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto e da Associação de Ocupantes e Foreiros no Estado (Assofes), José Carlos Lyrio Rocha, tenta agendar uma reunião com o procurador chefe do Ministério Público Federal no Estado, Carlos Fernando Mazzoco.

O Ministério Público Federal, no entanto, não tinha posição formada sobre a situa-

ção até ontem, segundo a assessoria de imprensa. Mas o órgão já questiona a validade de todas as cobranças de taxas de marinha em processos judiciais que aguardam fim.

Caso a cobrança, prevista para este mês e dezembro, não seja impedida, os contribuintes vão ficar sujeitos a punições que vão além do pagamento de juros de mora.

Segundo a portaria 283 da SPU que detalhou a cobrança, o atraso no pagamento implica na inscrição no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (Cadin) e na remessa do débito para a Dívida Ativa da União para cobrança executiva.

QUANTO CUSTA

R\$ 10 mil

Esse é o valor cobrado, anualmente, de alguns contribuintes, a título de taxa de marinha. Em alguns casos, a cobrança, feita pela Secretaria de Patrimônio da União, é ainda maior. Só na Capital, mais de 32 donos ou ocupantes de terrenos de marinha começam a receber os documentos de arrecadação nos próximos dias, apesar de terem acabado de pagar o valor referente ao ano passado.

TIRE SUAS DÚVIDAS

■ **Só quem mora em Vitória paga taxa de marinha?** Não. Donos de imóveis de outros municípios litorâneos do Espírito Santo também pagam. Depois de Vitória, os que têm mais contribuintes são Guarapari e Vila Velha, em segundo e terceiro lugar, seguido por outros poucos casos

■ **Todos os imóveis de Vitória pagam taxa de marinha?** Não. A Capital tem mais de 90 mil imóveis, mas só a terça parte deles está em áreas consideradas de marinha. Essa definição é feita a partir de demarcações da Linha de Preamar Média, definida em 1831 como cerca de 33 metros próximo do que era a beira do mar naquele ano. Em Vitória, quase todo o Centro está inserido. Também estão quase toda a Praia do Canto e a Enseada do Suá, por exemplo, que incluem grande parte dos aterros. Mas algumas áreas tiveram a cobrança suspensa recentemente, e em outros os contribuintes são isentos por terem baixa renda

■ **Todos vão pagar a taxa deste ano até dezembro?** Sim. O adiamento desse pa-

gamento aconteceu, para todos os contribuintes do Estado, porque também aconteceu neste ano o pagamento referente ao ano passado. O pagamento referente a 2005, parcelado em sete vezes, terminou no final de outubro. Esse adiamento foi devido a uma pendência judicial resolvida apenas no começo deste ano

■ **Quanto vou pagar?** Todos os valores vão ser reajustados em pelo menos 5,5% em relação ao que acabou de ser pago (e era referente ao ano passado). Em alguns casos, o valor passa de R\$ 10 mil. No caso dos ocupantes de terreno de marinha, a taxa é de 0,6% sobre o valor do imóvel (terreno mais benfeitorias). No caso dos foreiros (proprietários), a taxa varia entre 2% e 5% do valor do imóvel

■ **Quer saber mais?** Procure a Associação dos Ocupantes e Foreiros do Estado do Espírito Santo (Assofes). Basta ligar para a Associação de Moradores da Praia do Canto (AMPC), em Vitória, que ela encaminha aos advogados da Assofes. O telefone da AMPC é 3345 0988

Recurso contra novo IPTU em Vitória

Um novo pedido de mudança no cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de Vitória foi feito ao Ministério Público Estadual (MPES). Desta vez, foi feito em conjunto por seis associações de moradores da Capital. Eles também contestam a fórmula apresentada pela prefeitura e aprovada pela maioria dos vereadores neste ano.

As mudanças, apesar de aumentarem o número de contribuintes isentos e diminuir o valor pago por muitos outros, aumentou o imposto referente a pelo menos 57 mil imóveis. O mesmo pedido ao MPES já havia sido feito pelo vereador Luciano Rezende (PPS), único a votar contra as mudanças no IPTU.

Na época, o Ministério Público arquivou o pedido do vereador alegando não ter legitimidade para questionar atos do legislativo, acrescentando não ser cabível ação cível pública em casos que envolvam tributos. Mas o presidente da Associação de Moradores e Amigos da Praia do Suá, José Fernandes Lima, tem outra avaliação.

“Por que é que eles não podem agir em casos como o do Vital, que querem impedir, e não podem interferir no caso do IPTU?”, questiona. As entidades entraram com uma representação junto ao órgão no começo de outubro, mas ainda não tiveram retorno.

Além da associação da Praia do Suá, assinaram o documento as associações dos moradores da Ilha do Boi, da Ilha do Frade, do Barro Vermelho, da Enseada do Suá e de Bento Ferreira.